



Congresso mantém veto a propaganda partidária na TV

Por dois votos a menos que o necessário, senadores contrariaram acordo e mantiveram a decisão do presidente da República. Bancadas decidiram obstruir a sessão

O veto do presidente Jair Bolsonaro à retomada das propagandas partidárias gratuitas no rádio e na TV foi mantido por decisão do Congresso. Na sessão de ontem, deputados chegaram a derrubar o veto, mas, quando foi a vez de os senadores votarem, o dispositivo foi mantido por dois votos a menos que o necessário para a derrubada.

O resultado contrariou acordo de líderes, que haviam decidido não manter o veto. Com isso, a maioria das bancadas entrou em obstrução, impedindo a continuidade da sessão e a votação de dois dispositivos que trancam a pauta. **3**



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (C), encerrou a sessão com a pauta ainda trancada, o que impede a votação de créditos adicionais ao Orçamento de 2019

Jefferson Rudy/Agência Senado

Vão a Plenário mudanças em carreira de militares

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem o projeto do governo que reestrutura a

carreira e a previdência dos militares. O texto foi aprovado sem alterações em relação ao que veio da Câmara, evitando

com isso uma nova análise por parte dos deputados. O projeto segue agora para votação em Plenário. **5**



Presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (D) e o relator do projeto, senador Arolde de Oliveira, durante votação

Pedro Franco/Agência Senado

Frente parlamentar apoia proposta de prisão em segunda instância

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em Segunda Instância foi lançada ontem e o senador Alvaro Dias foi eleito presidente. Propostas que estabelecem a prisão de condenados antes do

trânsito em julgado, situação recentemente considerada inconstitucional pelo Supremo, serão debatidas hoje na Comissão de Constituição e Justiça, com o ministro da Justiça, Sergio Moro. **8**



Deputados e senadores lançam frente presidida por Alvaro Dias (4º à esq.)

Marcos Oliveira/Agência Senado

Colegiado analisa hoje projetos do Mais Brasil **8**

CPI destaca papel da democracia contra fake news **8**

Avança cobrança de pedágio por trecho usado **7**

Comissão Mista de Orçamento aprova a estimativa de receita para 2020

O colegiado acatou ontem o parecer de Zequinha Marinho sobre a estimativa de arrecadação da proposta orçamentária para 2020. O relator elevou em R\$ 7 bilhões a previsão dos dividendos a serem pagos pelas estatais com base no que já foi pago este ano. **4**

Projeto que muda Lei de Cotas para deficientes recebe críticas em sessão

A senadora Mara Gabrilli criticou ontem, em sessão do Congresso, o projeto que flexibiliza a Lei de Cotas para deficientes, enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados. Segundo ela, o texto é um retrocesso no processo de inclusão das pessoas com deficiência. **3**

DataSenado revela 34 mil cuidadores de idosos

Mais da metade (55%) deles disseram que se sentem sobrecarregados e reclamaram da falta de cursos técnicos e

treinamento, valorização e regulamentação da profissão. O instituto ouviu 2,4 mil cuidadores entre 24 de julho

e 1º de agosto e os resultados foram debatidos por três subcomissões da Comissão de Assuntos Sociais. **2**



Mara Gabrilli (ao microfone) fala aos participantes da audiência, entre eles o senador Flávio Arns (3º à esq.)

Waldemir Barreto/Agência Senado

DataSenado traça perfil dos cuidadores de idosos

Pesquisa mostra que já são 34 mil os brasileiros que atendem pessoas idosas. O trabalho foi apresentado em audiência conjunta de três subcomissões vinculadas à Comissão de Assuntos Sociais

O INSTITUTO DATA SENADO apresentou ontem um estudo mostrando que o Brasil tem mais de 34 mil cuidadores de idosos. Segundo a pesquisa, não se sabe o número de cuidadores de pessoas com doenças raras ou com deficiência. Esses resultados foram debatidos em audiência pública das Subcomissões Permanentes da Pessoa com Deficiência e de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa e pela Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras, vinculadas à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Foram ouvidos 2,4 mil cuidadores em Brasília, Curitiba, Salvador, São Paulo e Manaus, entre 24 de julho e 1º de agosto.

O estudo revelou que 41% dos entrevistados conhecem alguém que depende da ajuda de um parente ou cuidador para realizar atividades do dia a dia, como comer, tomar banho ou trocar de roupa.

Mais da metade (55%) dos cuidadores responderam que se sentem sobrecarregados.

Entre os cuidadores que são familiares do idoso ou doente, 79% não trabalham, 60% afirmaram que gostariam de trabalhar e 80% disseram que não trabalhar prejudica a renda familiar. Por outro lado, os cuidadores profissionais se queixaram de problemas físicos e emocionais relacionados a jornadas excessivas.

A maioria dos cuidadores reclamou da falta de cursos técnicos e treinamento, reconhecimento, valorização e regulamentação da profissão. — Esses resultados fazem parte de uma série de estudos que subsidiará o debate de uma proposta de Política Nacional de Cuidado — explicou a coordenadora do DataSenado, Laura Efigênia do Nascimento.

Mara Gabrielli (PSDB-SP), que foi cuidadora nos Estados Unidos antes de sofrer o acidente que a deixou imobilizada, elogiou o trabalho das profissionais que cuidam dela.

Três representantes do Mi-

nistério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, José Naum Chagas, Antonio Costa e Volmir Raimondi, concordaram com a necessidade de que o poder público atenda esses cuidadores.

Flávio Arns defendeu a possibilidade de que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) recebido pelo idoso ou doente seja extensivo ao cuidador doméstico.

Inclusão

Já Fabiano Contarato (Rede-ES) criticou o governo em razão do PL 6.159/2019, que altera as políticas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

— O projeto está acabando com o sistema de cotas de pessoas com deficiência, que foi uma conquista que a população teve.

Também participaram a cuidadora Jéssica Guedes, cuidadora e mãe de uma jovem com doença rara, e o cuidador profissional Francisco Moraes.

Texto sobre rodeio crioulo, tradição gaúcha, vai a Plenário

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o PL 406/2019, de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). A proposta eleva o rodeio crioulo e suas expressões artístico-culturais e campeiras à condição de manifestação da cultura nacional. A proposta segue para o Plenário.

O texto considera como expressões artístico-culturais cantos e músicas tradicionalistas gaúchas, poemas e poesias, trovas, declamações e danças tradicionais do Rio Grande do Sul.

Já as expressões campeiras

são representadas por provas de laço, gineteadas, pealo, provas de rédeas e outras provas típicas, nas quais são avaliadas as qualidades do peão ou da prenda, bem como o desempenho do cavalo.

Na justificativa, o autor apresenta informações de ordem econômica que demonstram a importância do rodeio crioulo e destaca a influência que essa manifestação exerce na formação cultural e no modo de ser e de viver das famílias gaúchas. A relatora na CE, senadora Kátia Abreu (PDT-TO), defendeu a aprovação da proposta.

Poetisa Cora Coralina pode dar nome a homenagem a escritores

A poetisa e contista goiana Cora Coralina (1889-1985) poderá batizar uma homenagem do Senado a escritores e escritoras de literatura e poesia. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 47/2019, que cria a Comenda Cora Coralina. A proposta, sugerida pela senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), segue para a Comissão Diretora.

A comenda será concedida anualmente pelo Senado a três escritores brasileiros. Qualquer senador poderá indicar candidatos, a serem avaliados pelo Conselho da Comenda Cora Coralina, composto por um representante de cada partido político com representação na Casa.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), relator do projeto, elogiou a iniciativa de Rose de Freitas.

Comenda Dorina Nowill é entregue em Plenário

No Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, celebrado ontem, o Senado promoveu sessão de premiação da Comenda Dorina Nowill. A condecoração é destinada a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

Para a presidente do Conselho da comenda, senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), a homenagem representa um “justo reconhecimento dos esforços de tantas pessoas e instituições que hoje continuam trilhando o caminho aberto pela dedicação pioneira de Dorina e dão continuidade e ampliam sua luta pela inclusão e pelo bem-estar das pessoas com deficiência”.

O senador Flávio Arns (Rede-PR) estendeu a homenagem a “tantas outras pessoas que lutam na busca para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos respeitados, acesso à cidadania, oportunidades e chances dentro da sociedade”.

No Brasil, segundo o IBGE, 46 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência. A questão, porém, é ignorada pela sociedade, segundo a senadora Zenaide Maia (Pros-RN).

— Esta comenda não é só para agradecer vocês, mas para dar visibilidade neste país de que é necessário, sim, haver uma política de inclusão.



Daniella Ribeiro entrega um dos prêmios, observada por Zenaide Maia

Conheça os homenageados de 2019	
Instituto dos Cegos de Campina Grande	▶ Reconhecido pela escolarização e inclusão social de pessoas com deficiência visual, por meio da leitura e escrita em braille, da aprendizagem musical ou da prática esportiva.
Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação	▶ A ABBR reabilita crianças, jovens, adultos e idosos com limitação de atividade motora, com destaque para a multidisciplinaridade e a integralidade de tratamentos.
Rosalina Lopes Franciscão	▶ Criou a fundação do Instituto de Educação de Surdos em Londrina (PR), entidade que inspirou a lei que tornou obrigatória a realização gratuita do teste da orelhinha.
Ricardo Tadeu Marques da Fonseca	▶ Desembargador do TRT do Paraná, destaca-se por sua atuação voltada à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
Ulisses de Araújo	▶ É responsável pelo primeiro programa de grande escala na empregabilidade de deficientes auditivos por meio da digitalização de documentos.
Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior	▶ Izabel é médica fisiatra, mestre em medicina física e reabilitação e especialista em bioética. Atua na defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência.
Hospital Santa Marcelina de Rondônia	▶ Referência na confecção de órteses e próteses e no tratamento de deficiências auditiva e visual, oferecendo atendimento à população de Rondônia, Amazonas e Acre.
Marcos Antônio Teixeira	▶ Gestor público, com atuação em ações de inclusão social por meio do esporte. Atualmente, é secretário da Pessoa com Deficiência e Tecnologia no município do Rio de Janeiro.
Sônia Regina Diamante Teixeira de Sousa	▶ Desenvolveu a abordagem terapêutica Sistema Gravither, que utiliza um equipamento antigravitacional para o fortalecimento muscular e reabilitação de pessoas com deficiência.
Sociedade Professor Heitor Carrilho	▶ Desenvolve estratégias de defesa dos direitos humanos, vinculadas à melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência por meio da inclusão social.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>

CDR Desenvolvimento regional
9h Audiência para avaliar o programa dos centros de desenvolvimento regional.

CAS Telemedicina
9h30 Pauta de 33 itens. Às 11h, audiência pública destinada ao debate da prestação de serviços médicos mediada por tecnologias.

CCJ Prisão em 2ª instância
9h30 Pauta de 5 itens. Às 10h, audiência sobre o PLS 166/2018, que disciplina a prisão após condenação em segunda instância.

CCT Cidades inteligentes
10h Audiência para debater a implantação de cidades inteligentes no Brasil.

SESSÃO SOLENE Polícias penais
10h Promulgação da Emenda Constitucional 104/2019, que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital.

CI Portabilidade da conta de luz
11h Entre 11 itens, o PLS 232/2016, que trata da portabilidade da conta de luz.

CMMIR Instalação e eleição
11h Instalação e eleição de comissão sobre migrações internacionais.

CDH Relatório de atividades
12h Apresentação do relatório de atividades do colegiado em 2019. Depois, pauta de 59 itens.

CPMI DAS FAKE NEWS Depoimento
13h Deputada federal Joice Hasselmann.

CMA Medidas contra enchentes
14h Entre 17 itens, o PLC 16/2016, que institui medidas de prevenção contra enchentes e deslizamentos.

CMCVM Proteção à vida
14h Debate sobre o Formulário Nacional de Risco e de Proteção à Vida. Depois, apresentação de pesquisa sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.

PLENÁRIO Sessão deliberativa
14h O PLC 137/2017, sobre a Política Nacional de Economia Solidária, abre a pauta.

BELO MONTE Licenciamento
14h Audiência sobre cumprimento dos condicionantes do licenciamento da usina.

CMO Orçamento 2020
14h O relatório preliminar ao PLN 22/2019, sobre Orçamento de 2020, é um dos 2 itens.

MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal
14h30 Análise do relatório.

MP 900/2019 Fundo ambiental privado
14h30 Instalação e eleição.

MP 903/2019 Contratos de veterinários
14h40 Instalação e eleição.

MP 904/2019 Fim do DPVAT
14h50 Instalação e eleição.

BRASIL-EUA Grupo parlamentar
15h Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Veto à propaganda partidária na TV é mantido

Resultado não seguiu acordo de lideranças, e bancadas decidiram entrar em obstrução, impedindo a continuidade da sessão conjunta do Congresso

O CONGRESSO MANTEVE o veto do presidente da República, Jair Bolsonaro, à retomada das propagandas partidárias gratuitas na televisão e no rádio. O veto foi derrubado pelos deputados, na primeira votação, mas se sustentou ao ser analisado pelos senadores. Foram 39 votos a favor da derrubada, 2 a menos do que o necessário.

A manutenção do veto foi uma surpresa, pois havia acordo de lideranças para a sua rejeição. O resultado levou a maioria das bancadas a entrarem em obstrução, impedindo a continuidade da sessão conjunta. Com isso, o Congresso não conseguiu votar outros dois destaques que ainda trancam a pauta e



Com a obstrução das bancadas, não foi possível votar dois destaques que trancam a pauta do Congresso

impedem a análise de projetos de créditos suplementares e matérias orçamentárias.

A retomada das propagandas fazia parte da reforma eleitoral aprovada pelo Congresso em setembro (Lei 13.877, de 2019). Ela foi vetada pelo presidente com o argumento de que o mecanismo criava renúncia de receitas para o poder público sem apontar uma redução

equivalente de despesa. Outra medida que constava do destaque e continuou vetada foi a permissão para que os partidos pagassem multas e dívidas com recursos do fundo partidário.

Parlamentares favoráveis à manutenção do veto argumentaram que o fim da propaganda gratuita foi um “acordo com a sociedade” firmado em 2017, quando o Congresso aumen-

tou o volume de recursos destinados ao financiamento de campanhas eleitorais (Lei 13.487). Segundo o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o restabelecimento da ferramenta representaria uma despesa de cerca de R\$ 460 milhões por ano, na forma de compensações fiscais para as emissoras de rádio e TV, que se somaria ao fundo eleitoral

já estabelecido.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-ES) argumentou que o formato de distribuição do tempo de propaganda privilegiaria a concentração de recursos nos partidos maiores e já estabelecidos, uma vez que as legendas que conseguissem eleger mais deputados federais teriam direito a mais tempo de inserções na programação.

Já os defensores da derrubada do veto disseram que a propaganda gratuita representaria um fortalecimento da democracia. Para os deputados Airton Faleiro (PT-PA) e Henrique Fontana (PT-RS), a defesa do veto seria uma demonstração de “oportunismo” e faria parte de um movimento para “criminalizar a política”.

Ainda restam na pauta do Congresso vetos sobre regras de inelegibilidade, da mesma reforma eleitoral, e sobre a política de apoio às mulheres marisqueiras (Lei 13.902, publicada em novembro).

Senadora critica mudança em lei para deficiente

A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) criticou ontem, em sessão do Congresso, o projeto (PL 6.159/2019) que flexibiliza a Lei de Cotas, enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados. A senadora destacou que, justo na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, o governo Bolsonaro tenha proposto medidas que ela classificou como um retrocesso no processo de inclusão das pessoas com deficiência.

— Estamos chorando, por-

que este projeto vai desmontar a Lei de Cotas, que há duas décadas coloca pessoas com deficiência no mercado de trabalho, fazendo essas pessoas saírem da assistência social para virarem contribuintes — lamentou, acrescentando que hoje quase 500 mil pessoas com deficiência estão empregadas com carteira assinada.

Em vigor há 28 anos, a Lei das Cotas (Lei 8.213, de 1991) determina que empresas com mais de 100 funcionários

mantenham em seus quadros entre 2% a 5% das vagas para a contratação de pessoas com deficiência.

Mara Gabrilli questionou como o governo elaborou o projeto sem ouvir a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência. A proposta do governo propõe duas formas alternativas à contratação de trabalhadores com deficiência. Uma é a contribuição em dinheiro para a União, que usaria esses recursos para ações de habilitação e reabilitação. A outra é unir duas ou mais empresas para que, juntas, possam alcançar o coeficiente de contratação.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que presidia a sessão do Congresso, apoiou o discurso da senadora.

— Vossa Excelência traz um tema que muitas vezes passa despercebido, mas que incomoda a todos nós. Conte com o nosso apoio integral para essa agenda — afirmou Davi.

Criação das polícias penais será promulgada hoje pelo Congresso

O Congresso promove sessão solene hoje, às 10h, destinada à promulgação da Emenda Constitucional 104, que cria as polícias penais federal, dos estados e do Distrito Federal. A medida, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2016, do ex-senador Cássio Cunha Lima, foi aprovada pela Câmara no início de novembro. A sessão ocorre no Plenário do Senado.

De acordo com o texto, o quadro das polícias penais será formado pela transformação

dos cargos isolados ou dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários ou equivalentes e também pela realização de concurso público. A nova polícia será vinculada ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencer.

No Distrito Federal, assim como ocorre com as outras corporações, a polícia penal será sustentada por recursos da União, embora fique subordinada ao governador do DF.

Com Agência Câmara

Estacionamento em faixa de pedestre pode gerar punição

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vota hoje projeto da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) que pune os motoristas que estacionarem seus veículos no acesso (rebaixamento da calçada) para pedestres, bicicletas e pessoas com deficiência. O PL 4.009/2019 também penaliza quem estacionar no passeio ou sobre faixa destinada a pedestre, ciclovia ou ciclofaixa. Pela proposta, esse tipo de infração passa a ser considerada gravíssima.

A senadora, que é cadeirante, explica que o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) é muito condescendente com esse tipo de comportamento antissocial.

“É desnecessário relembrar os transtornos que essa prática causa, principalmente às pessoas que dependem de

cadeiras de rodas para transitar. Também são prejudicados os ciclistas, que têm os mesmos direitos dos pedestres se estiverem empurrando a bicicleta, assim como pessoas com carrinhos de bebê e aquelas com outros tipos de mobilidade reduzida”, diz na justificativa.

Também há dois projetos visando conceder prioridade em programas de aquisição da casa própria, como o Minha Casa, Minha Vida. O PL 4.692/2019, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), confere prioridade à vítima de violência doméstica nos programas sociais de acesso a moradia. E o PL 2.902/2019, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família.



Mara Gabrilli fala em sessão do Congresso sobre texto do governo

Colegiado analisa gestão de resíduos sólidos

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) analisa hoje 14 itens, entre eles o projeto que obriga os grandes geradores de resíduos sólidos, como shoppings, supermercados e restaurantes, a destinarem seu lixo reciclável a associações, cooperativas ou organizações de catadores com infraestrutura para separar e classificar os resíduos. Se aprovado, o PLS 90/2018 pode seguir direto para a Câmara, a não ser que haja recurso de senadores para votação em Plenário.

Da senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), a proposta altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) para exigir que essa obrigatoriedade passe a constar dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Com isso, diz a autora, as associações de catadores serão beneficiadas porque o lixo dos grandes geradores é mais fácil de ser processado já que essas empresas têm pré-seleção e triagem de materiais. O voto do relator, Jaques Wagner

(PT-BA), é pela aprovação do projeto sem alterações.

Também pode ser votado o PL 4.846/2019, de Styvenson Valentim (Podemos-RN), que obriga os prédios públicos da União a terem recipientes para a separação dos resíduos sólidos recicláveis.

O relator do PL é Confúcio Moura (MDB-RO), que apresentou voto favorável à aprovação, sem modificações. Depois da CMA, o projeto segue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Comissão aprova receita para Orçamento 2020

O parecer de Zequinha Marinho prevê uma arrecadação do governo central em 2020 da ordem de R\$ 3,687 trilhões, R\$ 7 bilhões a mais do que o estimado pelo Executivo

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o parecer do senador Zequinha Marinho (PSC-PA) sobre a receita na proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019), com duas emendas. O relator elevou em R\$ 7 bilhões as receitas totais da União após entender que a equipe econômica subestimou o total de dividendos que as empresas estatais poderão repassar no próximo ano. A medida abre espaço para um aumento nas despesas até o limite do teto de gastos, conforme a Emenda Constitucional 95.

Na proposta orçamentária revisada, encaminhada pelo governo ao Congresso em 26 de novembro, os dividendos foram estimados em R\$ 6,5 bilhões. Até o dia 30, porém, já foram repassados mais de R\$ 20 bilhões, afirmou Zequinha.



Zequinha Marinho diz que governo subestimou dividendos de empresas

Assim, para 2020 ele avaliou que os dividendos podem chegar a, no mínimo, R\$ 13,5 bilhões.

O texto do Executivo estimou as receitas totais em R\$ 3,68 trilhões. Com o ajuste proposto pelo relator, o montante vai a R\$ 3,687 trilhões.

Já as despesas, inicialmente fixadas em R\$ 3,559 bilhões, ainda serão objeto de análise por 16 relatores setoriais e pelo relator-geral, deputado Domingos Neto (PSD-CE).

Segundo o Ministério da Economia, a soma das despesas fixadas na proposta

orçamentária está abaixo do limite constitucional.

— Em relação ao teto de gastos, foi possível apurar espaço não utilizado de R\$ 6,9 bilhões, o qual poderá ser empenhado caso o Congresso estabeleça fontes de receitas adicionais — informou o senador.

A revisão da proposta orçamentária decorreu, entre outros fatores, do ajuste às previsões macroeconômicas para 2020 do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) — que subiu de 2,17% para 2,32% — e da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que caiu de 3,9% para 3,5%.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) questionou essas previsões e a atuação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

— Não há sinais de crescimento econômico. Como

esperar confiança dos investidores se há pessoas que já pedem o afastamento de Guedes, agora que ele se meteu a falar da ditadura?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que o PIB cresceu 1% nos quatro trimestres terminados em setembro de 2019, em comparação com igual período anterior. No terceiro trimestre deste ano, em comparação ao segundo, a alta foi de 0,6%, puxada pelo consumo das famílias.

Pelo cronograma atual da CMO, os 16 relatórios setoriais da despesa devem ser apresentados até o dia 11, e a votação do parecer final de Domingos Neto até o dia 17.

Em seguida, a proposta será encaminhada para análise do Congresso.

Da Agência Câmara

Comissão mista deve votar hoje relatório da MP do Agronegócio

A comissão mista da medida provisória sobre crédito e dívidas de produtores rurais examina hoje o relatório do deputado Pedro Lupion (DEM-PR). Se aprovado com mudanças, o texto vai tramitar na forma de projeto de lei de conversão e vai aos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 897/2019 permite a criação por até dez produtores do Fundo de Aval Fraternal, para garantir operações de crédito agrícola. A medida também cria o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns, com R\$ 200 milhões do BNDES, a serem aplicados em obras, maquinário e equipamento de construção, limitados a R\$ 20 milhões por ano.

Ontem Pedro Lupion deu como lido o relatório, para o qual foi concedida vista coletiva. Ele acolheu algumas das 349 emendas sugeridas.

Entre as mudanças do relator, estão a alteração do

nome para Fundo Garantidor Solidário, a ampliação do universo de operações possíveis, a supressão do limite de produtores em cada fundo e a possibilidade de aumento dos percentuais para composição do fundo, entre outras.

Mudanças

O projeto de lei de conversão prevê ainda a ampliação da Cédula Imobiliária Rural, para ser usada em qualquer operação financeira, não só de crédito junto a instituições. Prevê também prazo de cinco dias para que o credor informe a liquidação da CIR e a restrição do vencimento antecipado da CIR aos casos de insolvência civil, falência ou recuperação judicial do emitente e não promoção dos atos necessários à administração do imóvel.

A comissão é presidida por Luís Carlos Heinze (PP-RS) e tem como relatora-revisora Soraya Thronicke (PSL-MS).

Audiência discute se Belo Monte cumpriu exigências ambientais

O cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, serão debatidos hoje pelos senadores da Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte da Comissão de Desenvolvimento Regional. Desde novembro de 2015 a usina tem a licença de operação para gerar energia comercializável.

O senador Lucas Barreto (PSD-AP) pediu a audiência para analisar e debater os quesitos de cunho social, técnico, econômico e ambiental de implementação da usina que, de acordo com ele, ainda estão pendentes. O diretor-presidente da Norte Energia, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, foi convidado, assim como o pesquisador de estudos ambientais Emílio Moran.



Deputado Edio Lopes, relator, senador Lucas Barreto, presidente da comissão, e debatedores

Preservação ambiental gera polêmica em debate

Os representantes dos governos federal, do Amapá e de Roraima defenderam a aprovação da medida provisória que transfere terras da União para os seus estados. Eles estiveram entre participantes na audiência pública da comissão mista que examina a MP 901/2019.

Secretário-adjunto de Planejamento de Roraima, Ronald Brasil Pinheiro afirmou que seu estado tem apenas 10% de terras para atividades empresariais, sendo o restante dividido em reservas florestais, áreas de preservação, áreas de fronteiras, terras indígenas e áreas pertencentes às Forças Armadas.

— Essa distribuição inviabiliza as atividades econômicas, que precisam ocupar áreas que estão reservadas.

O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) pediu a redução das áreas preservadas e criticou as propostas para criar unidades de conservação e de áreas indígenas.

— Qual a necessidade da criação da Floresta Nacional de Jauaperi? Qual a necessidade da preservação da faixa de fronteira de 150 km?

Do Instituto de Terras e

Colonização do Estado de Roraima (Iteirama), Márcio Glayton Granjeiro apresentou um mapeamento das terras de Roraima, no qual, após descontar as áreas indígenas, as áreas militares, as unidades de conservação, as florestas preservadas, as reservas legais e as áreas impróprias para atividades econômicas, somente 9,2% do estado seriam “aproveitáveis”.

— Sobram apenas pouco mais de 2 milhões de hectares. É muito pouco para um estado desse tamanho.

Já o deputado Nilto Tatto (PT-SP) lembrou que estados do Norte foram criados por meio da transformação dos antigos territórios federais, e que as florestas conservadas na região são patrimônio de todo o Brasil. Além disso, observou que a posse das terras pelos índios é o reconhecimento constitucional à moradia desses povos que estavam no local antes do descobrimento do Brasil.

A advogada Juliana de Paula Batista, do Instituto Socioambiental (ISA), alertou para o “contrabando” de temas alheios à MP, que foram apresentados por meio

de emendas.

— Peço que os parlamentares, ao votarem o relatório final, não aprovelem esses chamados jabutis, que trazem temas que não tem a ver com o texto da MP 901 — afirmou.

O governador de Roraima, Antônio Denarium, reclamou do desemprego nos setores de madeiras e garimpos, causados pelas proibições dessas atividades nas áreas de preservação. E defendeu a agricultura em larga escala em Roraima.

— A proibição das atividades madeira e de garimpo está causando um enorme desemprego no estado.

O deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP) respondeu que não se pode expulsar as populações tradicionais, as tribos indígenas, que já residem em suas áreas há centenas de anos, para dar lugar a empresários do agronegócio ou dos garimpos, que acabaram de chegar.

O relator da MP, deputado Edio Lopes (PL-RR), afirmou ao presidente da comissão mista, senador Lucas Barreto (PP-RR), que apresentará na próxima terça-feira sua proposta de relatório.

Reforma da carreira militar é aprovada em comissão

Texto, que segue para Plenário, também prevê que a contribuição previdenciária de ativos e inativos passará dos atuais 7,5% para 10,5%. Pensionistas vão a recolher pelo menos 10,5% a partir de 2021

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o projeto do governo que reestrutura a carreira e a previdência dos militares (PL 1.645/2019). A proposta foi aprovada sem alteração em relação ao texto que veio da Câmara, evitando com isso uma nova análise por parte dos deputados. O projeto segue agora para o Plenário.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) comunicou que será formada uma comissão em janeiro, com parlamentares e técnicos dos Ministérios da Economia e da Defesa, para tratar de reparações a segmentos da carreira militar que se sentem injustiçados pela proposta. Ele disse que a criação da comissão tem o aval do presidente Jair Bolsonaro, que estaria preocupado com o assunto, pois se sente “em dívida com seus companheiros das Forças”, disse Izalci.

— Passei os últimos dias em reuniões com a equipe econômica, com o general Ramos [Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo] e o secretário Rogério Marinho [da Previdência]. Já existe um acordo entre os ministérios para que se façam ajustes. O general Ramos já acertou com o ministro Fernando Azevedo e Silva [da Defesa] que será fei-

ta uma reparação aos quadros especiais, que pode ser por decreto. Isso será feito neste ano, e outras reparações virão a partir de janeiro, a partir dos trabalhos da comissão, da qual farei parte. O que não puder ser feito por decreto, será via projeto de lei — detalhou Izalci, explicando que essas reparações serão endereçadas a patentes mais baixas.

Adicionais

O acordo tornou possível a aprovação da proposta por todos os senadores, exceto os do PT. O líder do partido, Humberto Costa (PE), insistiu para que o relator, Arolde de Oliveira (PSD-RJ), negociasse uma nova tabela para os adicionais de disponibilidade e de habilitação, contemplando as patentes mais baixas. Mas as emendas propostas por ele com esse objetivo foram rejeitadas, pois Arolde alegou que ainda não foram apresentados estudos de impacto orçamentário quanto a elas. Além disso, o relator entende que a nova tabela, da forma como foi apresentada, destoa do viés meritocrático presente no texto.

Humberto argumentou que diversos segmentos da carreira não fizeram cursos de altos estudos no passado porque

esses cursos eram cativos das altas patentes e disse que vai reapresentar suas emendas no Plenário do Senado. A intenção do governo é aprovar o projeto ainda nesta semana.

O projeto também cria o Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar, relativo à disponibilidade permanente e à dedicação exclusiva, características da carreira. Esse adicional no soldo será maior quanto maior for a patente do militar, tanto para oficiais quanto para praças. Varia de 5% para militares em início de carreira a 32% no final. Para os oficiais-generais, o percentual vai de 35% a 41%.

A proposta ainda prevê reajustes anuais, até 2023, nos percentuais do Adicional de Habilitação, que serão incorporados aos soldos. O texto também trata de gratificações de representação, auxílio-transporte e ajudas de custo.

A alíquota da contribuição previdenciária de ativos e inativos passará dos atuais 7,5% para 10,5% e os pensionistas passarão a recolher pelo menos 10,5% a partir de 2021. A alíquota chegará a 13,5% para alguns casos de filhas pensionistas vitalícias não inválidas. Hoje os pensionistas não recolhem contribuição previdenciária.

Além disso, os militares já pagam contribuição de 3,5% a título de assistência médica, hospitalar e social. O projeto não altera essa condição. Com isso, a alíquota total de contribuição para ativos, inativos e pensionistas chegará a 14%.

O texto também aumenta o tempo de serviço mínimo para aposentadoria de 30 para 35 anos e reduz o rol de dependentes e pensionistas. A permanência em cada posto também ficará mais longa.



Jaques Wagner é o relator do texto na Comissão de Relações Exteriores

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Vai a Plenário fiscalização pela Marinha de embarcação nuclear

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem projeto que define o Comando da Marinha como o responsável pelo licenciamento e a fiscalização das embarcações que usam propulsão nuclear ou transportam combustível nuclear.

O relator do PL 3.423/2019, senador Jaques Wagner (PT-BA), lembrou que compete hoje à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), uma autarquia vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tratar das normas de segurança sobre materiais nucleares. Mas ainda não existe um órgão para regular o uso de materiais nucleares em situação de deslocamento permanente, como nas embarcações. O foco do projeto é justamente transferir para a Marinha essa competência, já que cabe a ela construir o

submarino nuclear, por meio do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear (Prosub).

— Aprovar esta proposta é crucial para que o Prosub siga sem óbices. É uma ação do Estado brasileiro que busca colocar o país no seleto grupo das nações capazes de dominar todo o ciclo de produção de submarinos com propulsão nuclear. Esse grande feito tecnológico dotará o país de autonomia no desempenho de atividades nas águas sob jurisdição brasileira, como é o caso da plataforma continental do Atlântico Sul, especialmente rica em recursos minerais, energéticos e biológicos — afirmou Wagner.

O projeto será analisado agora pelo Plenário. Se for aprovado sem mudanças, seguirá para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Colegiado analisa saque do FGTS para maiores de 60 anos

O trabalhador que completar 60 anos poderá ter o direito de sacar o saldo de sua conta do FGTS. É o que estabelece um projeto que pode ser votado hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Da senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), o PL 5.518/2019 é relatado pelo senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), que é favorável ao texto. Se-

gundo ele, trata-se de uma “alteração meritosa e justa”. Mecias acrescenta que a mudança causará um impacto muito pequeno no fundo, porque “a movimentação pela idade máxima talvez seja uma das menores”.

Se aprovado na CAS, o projeto será enviado para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde vai tramitar em caráter terminativo.

Audiência debate impacto do vazamento de óleo nas praias

A comissão temporária externa que acompanha as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro faz audiência amanhã, com foco no debate sobre os impactos socioeconômicos do derramamento de óleo sobre a pesca e o turismo.

Foram convidados os ministros da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, além

do presidente do INSS, Renato Rodrigues Vieira, do secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Jorge Seif Júnior, do presidente da Pastoral dos Pescadores, José Valdeci Mendes, do coordenador do Laboratório de Estudos Marinhos e Ambientais (LabMAM) da PUC-Rio, Renato da Silva Carreira, e da presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade Lima, entre outros.



Nelsinho Trad, presidente da CRE, e Arolde de Oliveira, relator do projeto

Projeto simplifica exploração de rocha ornamental

A Comissão de Infraestrutura (CI) rejeitou a emenda da Câmara dos Deputados ao projeto do ex-senador Ricardo Ferraço que simplifica as normas para exploração de rochas ornamentais, como granito, mármore e ardósia (PLS 773/2015). Com a rejeição da emenda (PL 3.725/2019), fica mantido o texto aprovado pelo Senado em 2016. A proposta seguiu para o Plenário, em regime de urgência.

O projeto abre a possibilidade de exploração de rochas ornamentais apenas com licenciamento. Pelas regras

em vigor, esse tipo de extração mineral está submetido a regimes de autorização e concessão. Se virar lei, a norma vai enquadrar a exploração de rochas ornamentais no regime especial previsto na Lei 6.567, de 1978. A emenda havia acrescentado duas determinações em relação ao aproveitamento das substâncias pelo regime de licenciamento: a exigência de licenciamento ambiental e o levantamento dos patrimônios natural e cultural da área explorada.

O relator, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), destacou

que a exigência de licenciamento ambiental já consta da legislação. Ele também considera que a referência a levantamentos dos patrimônios natural e cultural é desnecessária. “Como os órgãos ambientais já têm a prerrogativa de requerer esses levantamentos no decorrer do processo de licenciamento, não há razão para repeti-la”, destaca.

O entendimento da CI é o mesmo da Comissão do Meio Ambiente (CMA), que também recomendou a rejeição da emenda.

Presidente da Capes nega cortes em bolsas de estudo

Em debate na Comissão de Educação, dirigente afirmou que todas as bolsas de pós-graduação do ano foram pagas e anunciou novas ações e a revisão dos critérios para destinação de recursos em 2020

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Educação (CE), o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Correia, afirmou que a instituição pagou todas as bolsas de pós-graduação neste ano e que os critérios para destinação dos recursos passarão por revisão em 2020.

O debate foi requerido pelo senador Flávio Arns (Rede-PR). De acordo com Correia, houve um aumento de recursos da Capes também para a educação básica e uma expansão na pós-graduação. O presidente da Capes afirmou que a pós-graduação no Brasil praticamente dobrou o número de alunos entre 2008 e 2018.

— A pós-graduação é uma

das poucas metas do Plano Nacional de Educação que está sendo cumprida. A de mestrado já foi cumprida. Então é um orgulho para o país a gente ter cumprido uma meta tão importante.

Fusão

Os senadores Esperidião Amin (PP-SC), Dário Berger (MDB-SC) e Confúcio Moura (MDB-RO) mostraram preocupação em relação à possível fusão da Capes com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Correia disse que, antes de definir sobre a fusão, é preciso o planejamento e um estudo minucioso do governo federal em sintonia com o Congresso.

Arns considerou a audiência esclarecedora e disse que é essencial a formação dos profissionais do ensino superior e sua relação com a educação básica.

— Eu diria que é essencial a formação dos profissionais do ensino superior, como aprendizagem mesmo, mestrado e doutorado e, a partir daí, voltada para a pesquisa e a inter-relação com a educação básica, como foi colocado — afirmou.

Entre as ações previstas para 2020, está o incentivo aos mais bem avaliados no Enem para que ingressem nos cursos de pedagogia e nas licenciaturas em português, matemática e ciências da natureza. Serão 5 mil bolsas para beneficiar estudantes que optem por esses cursos.

Está previsto ainda o desenvolvimento de professores da educação básica no exterior. Serão 650 professores atingidos com formação nos Estados Unidos, Canadá, Irlanda e Portugal. A Capes também ofertará 4 mil vagas para a especialização de professores que dão aulas de ciências no sistema público de ensino.

Estudante carente pode ter isenção de taxa de passaporte

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto que isenta do pagamento da taxa de passaporte os estudantes brasileiros carentes que forem estudar, pesquisar ou participar de alguma extensão fora do Brasil. O PL 861/2019 segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Apresentada pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), a proposta original isentava todos os estudantes do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e todos os demais documentos de viagem. O objetivo, segundo Veneziano, era reduzir os custos de saída do país para os estudantes que quiserem aprimorar seus conhecimentos no exterior. “Sabe-se que o custo da emissão do passaporte brasileiro é um dos mais altos do mundo”, diz o senador na justificativa



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator, Styvenson quer que carência seja comprovada

do projeto, lembrando que o valor da taxa de concessão hoje é de R\$ 257,25.

O relator, Styvenson Valentim (Podemos-RN), recomendou a aprovação. Para o senador, o poder público deve criar ações que favoreçam vivências acadêmicas internacionais. No entanto, ele apresentou emenda para que apenas estudantes comprovadamente carentes tenham o direito ao benefício.

Vai ao Plenário projeto sobre Biênio da Primeira Infância

Para alertar sobre a importância do desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida, o período de 2020-2021 poderá ser considerado o Biênio da Primeira Infância no Brasil. É o que determina o PL 2.721/2019, aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto segue com urgência para o Plenário.

Dos deputados Paula Belmonte (Cidadania-DF) e Idilvan Alencar (PDT-CE), a proposta incentiva a promoção de ações do poder público em parceria com entidades

médicas, universidades, associações e sociedade civil. Trata também da organização de palestras, eventos e treinamentos, para informar a sociedade sobre atenção e cuidados na primeira infância. O texto destaca atividades a serem promovidas, como seminários e audiências públicas, publicações, premiação de estados e municípios por boas práticas e recomendações de políticas intersetoriais ao governo federal.

O relator, Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentou parecer favorável.



Anderson Correia e os senadores Flávio Arns e Dário Berger no debate

Dário Berger lamenta resultado do Brasil no Pisa

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Dário Berger (MDB-SC), lamentou o resultado do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Dados divulgados ontem apontam que dois em cada três brasileiros de 15 anos sabem menos

que o básico de matemática. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil caiu no ranking mundial em matemática e ciências e apresenta estagnação em leitura. Para Dário, os dados revelam que a escola não é

atrativa para os jovens. Ele defendeu maior investimento na capacitação de professores.

— Muito se deve ao fato de a escola não ser mais atrativa aos jovens a partir do ensino médio. Precisamos também melhorar a remuneração e capacitar os professores.

Vai a Plenário informação sobre idioma original em ficha catalográfica de livro traduzido

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que altera a Política Nacional do Livro (Lei 10.753, de 2003) para fazer constar informação sobre a língua original e o ano

de publicação da primeira edição de obras estrangeiras. De acordo com o PL 2.123/2019, que segue para o Plenário, as informações deverão aparecer na ficha catalográfica do

livro traduzido. A ficha catalográfica contém as informações bibliográficas necessárias para identificar e localizar um livro ou outro documento no acervo

de uma biblioteca. O relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), apresentou relatório favorável, com emenda, para deixar expressa a obrigatoriedade de a ficha catalográfica

informar a língua original em que a obra foi escrita e o ano de publicação da primeira edição na língua de origem apenas se esses dados constarem da obra a ser traduzida.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Senador Omar Aziz (4º à esq.) preside debate sobre mudanças nas formas de concessão de subsídio de energia

Governo quer revisão de subsídios à energia solar

Agência Nacional de Energia Elétrica alega que quem mais instala painéis solares são empresas e consumidores de alta renda, mas a conta dos subsídios é dividida com os consumidores mais pobres

OS SUBSÍDIOS PARA a instalação de painéis solares pelos consumidores de energia dividiram opiniões em audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Representantes do governo federal e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) defenderam a revisão dos benefícios concedidos aos consumidores que investem em painéis para gerar ao menos uma parte da eletricidade que utilizam. A Aneel alega a existência de subsídios cruzados e regressivos que acabam por prejudicar os mais pobres.

O subsecretário de Energia do Ministério da Economia, Leandro Caixeta, disse que empresas e consumidores residenciais de alta renda são os que mais instalam os equipamentos, mas, por conta da grande quantidade de subsídios, a conta acaba sendo paga por todos, inclusive pelos mais pobres, que não têm condições de fazer o mesmo.

— O que um consumidor deixou de pagar a título de transmissão e distribuição de encargos setoriais será repassado ao vizinho dele.

O superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel, Carlos Mattar, lembrou que a Resolução 482, de 2012, prevê sua revisão agora em 2019, portanto não há que se falar em insegurança jurídica. Além disso, acrescentou, a agência reguladora não é contra fontes alternativas e nem está na contramão do que ocorre em outros países do mundo que, segundo ele, vêm retirando seus subsídios.

— Se nada for feito, em 2021, os consumidores que utilizam energia solar vão deixar custo de R\$ 1 bilhão aos demais consumidores. Isso representa os o custo com as tarifas sociais dadas aos consumidores do Nordeste brasileiro — afirmou.

Cobrança

Atualmente empresas e pessoas físicas podem produzir sua própria energia a partir do sol, do vento, da biomassa e de outras fontes. O excedente gerado por esses sistemas é injetado na rede de distribuição, sendo convertido em créditos. A revisão da norma em andamento vai permitir que as

concessionárias cobrem pelo uso da rede elétrica.

O presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), Carlos Evangelista, negou que a geração distribuída (energia gerada perto ou no próprio local de consumo) seja restrita a consumidores endinheirados. Ele lembrou o uso de tais fontes por populações ribeirinhas da Amazônia, por prédios públicos, escolas, aldeias e até pelo Minha Casa, Minha Vida.

A audiência foi realizada a pedido do senador Major Olímpio (PSL-SP), segundo o qual a simples cogitação de mudança na resolução causou paralisação do mercado. Ele defendeu a participação das duas Casas do Congresso Nacional na busca de uma solução para o impasse.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) defendeu também a participação dos diferentes segmentos interessados na mesa de negociação:

— Temos que voltar à mesa de negociação e ter uma conversa franca com a Aneel — disse o senador.

Legislação peruana sobre rótulos recebe elogios

A experiência peruana na defesa do consumidor, com ênfase nos avanços na rotulagem de produtos potencialmente nocivos à saúde, foi o foco da audiência de ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Os participantes saudaram o intenso intercâmbio entre juristas brasileiros e peruanos nesse aspecto do direito e consideraram que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) pode melhorar, garantindo mais informação para a população.

O representante do Instituto do Consumo da Universidade San Martín de Porres, em Lima, Jaime Delgado, salientou que seu país seguiu o exemplo do Chile no aumento do rigor, tanto na rotulagem quanto na publicidade, das advertências sobre conteúdo causador de obesidade e sobrepeso nos alimentos e bebidas.

Ele exibiu um pacote de biscoitos fabricado no Brasil e rotulado para o Peru em conformidade com as leis locais, destacando três selos octogonais advertindo para o conteúdo elevado de gor-

dura saturada, gordura trans e açúcar.

O presidente da CTFC e autor do requerimento de audiência, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), defendeu esforço semelhante no Brasil para afastamento de “risco desnecessário” ao consumidor.

Pelo Instituto Brasileiro de Direito Público, Ricardo Morishita concordou que o objetivo deve ser o de causar incômodo às empresas. Ele criticou o duplo padrão com que são tratados os consumidores do mesmo produto em diferentes países.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Brasil precisa fazer esforço semelhante ao dos peruanos para favorecer consumidor, disse Rodrigo Cunha (C)

Avança cobrança de pedágio em estrada por trecho usado

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem um projeto que autoriza a implantação de sistema de livre passagem com identificação eletrônica em pedágios nas rodovias brasileiras. Já usado em alguns países, o sistema servirá para a implantação de cobrança proporcional ao trecho efetivamente percorrido pelo motorista, conforme determina o texto aprovado, que é um substitutivo apresentado pelo relator, Jayme Campos (DEM-MT), ao PLC 8/2013. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto determina que, após a sanção da lei, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) terá 180 dias para definir os procedimentos técnicos e administrativos que garantam a “correta identificação dos veículos”, com uso de “dispositivo de identificação eletrônica”, para acesso e integração de informações entre os órgãos e entidades envolvidos no processo, com o objetivo da implementação da cobrança de pedágios por meio de sistemas de livre passagem.

O projeto original foi apresentado pelo então deputado Esperidião Amin, agora senador (PP-SC), para garantir isenção de pedágio a veículo cujo proprietário more ou trabalhe em município onde esteja localizada

a praça da cobrança. Na justificativa, ele argumenta que as concessões de rodovias trouxeram prejuízos para a população das cidades onde foram instalados os pedágios. Para mudar essa situação, seu texto original condicionava a isenção do pedágio ao credenciamento dos veículos. Nos casos das concessões de rodovias já em vigor, o projeto permitiria ao concessionário pedir o reajuste do valor da tarifa do pedágio, como uma forma de compensar a redução de arrecadação decorrente das isenções concedidas.

O projeto original foi aprovado pela Câmara e enviado ao Senado em março de 2013. A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Cidadania (CCJ) em abril de 2016, chegou a ser arquivada no final de 2018, mas foi desarquivada no início deste ano.

No relatório, Jayme Campos reconhece que os custos impostos aos usuários das vias concedidas que realizam deslocamentos curtos diariamente por morarem ou trabalharem em regiões com pedágios “são desproporcionais”. Mas pondera que a isenção total de pedágio a esses motoristas “pode gerar dificuldades para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões”.



Projeto original foi apresentado por Amin quando era deputado

Comissão adia votação da portabilidade da conta de luz

A Comissão de Infraestrutura (CI) adiou ontem a votação do projeto que prevê a portabilidade da conta de luz. O relator, Marcos Rogério (DEM-RO), que preside a comissão, pediu mais tempo para avaliar as emendas sugeridas pelos senadores.

O PLS 232/2016 altera o modelo comercial de energia elétrica para, progressivamente, permitir que os pequenos consu-

midores possam optar pelo mercado livre, hoje restrito a grandes consumidores, como ocorreu com a telefonia. A proposta está sendo analisada em caráter terminativo na CI e, por se tratar de substitutivo, ainda será submetido a turno suplementar. Em seguida, o texto pode ir diretamente à Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

Debate pede democracia contra desinformação

Convidados de audiência em CPI mista também apontaram a educação e a valorização do jornalismo profissional como formas de combater a disseminação de notícias falsas

A CPI DAS Fake News ouviu ontem as experiências de cinco jornalistas convidados. Eles apontaram a educação e o fortalecimento da democracia como formas de combater a desinformação.

Para o representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Arnaldo César Ricci Jacob, as fake news corroem a democracia, pois confundem a formação da opinião pública e desestabilizam o Estado democrático de direito. Ele considerou que as fake news hoje em dia deixaram de ser amadoras e alertou para o risco do *deepfake*, quando vídeos são adulterados para a inserção de rostos em uma situação alheia.

Segundo Jacob, a ABI desenvolve ferramentas para captar as informações nocivas que estão dentro da rede. Depois, uma equipe faz a pesquisa para conferir a veracidade da notícia e reinjeta nas redes sociais uma “vacina”, que é um aviso sobre a suspeição de uma informação. Jacob sugeriu ao Congresso a criação de mecanismos que apoiem instituições que pesquisam informação digital e podem ajudar a combater a disseminação de notícias falsas.

O vice-presidente da Regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Gésio Passos, apontou



Na CPI, debatem Gésio Passos, Thiago Reis, Lídice da Mata, Angelo Coronel, Arnaldo Jacob, Natália Leal e Tai Nalon

que a ampliação do acesso à internet favoreceu a disseminação das notícias falsas. Segundo levantamento da Fenaj, o presidente Jair Bolsonaro realizou 111 ataques à imprensa desde que assumiu a Presidência.

Passos também criticou a desregulamentação da profissão de jornalista, prevista na MP 905/2019, em análise no Congresso. Para ele, com a falta de regulamentação, a qualidade profissional do jornalista pode cair e a falta de cuidado ético com a veracidade da notícia pode prosperar. Ele disse que a solução para o problema passa pelo fortalecimento da democracia.

— Temos hoje um problema estruturante. A falta de diversidade das mídias compromete o acesso à informação.

A diretora-executiva do Portal Aos Fatos, Tai Nalon, disse que o fenômeno da desinformação deve se prolongar e que não existem receitas

prontas para vencer essa cultura. A jornalista alertou para o perigo da polarização e para a divulgação de falsas notícias relacionadas à saúde e registrou que o brasileiro se informa hoje, principalmente, pelas redes sociais.

— Desinformação pode gerar histeria coletiva. A checagem importa, o jornalismo profissional importa — afirmou Tai, que é cofundadora do portal.

Educação

Para a diretora de Conteúdo da Agência Lupa, Natália Leal, quanto mais informação, mais transparência e mais poder de decisão. Ela disse que a solução para a questão das fake news passa muito mais pela educação do que pela criminalização.

O jornalista Thiago Reis, do serviço Fato ou Fake, do Portal G1, informou que 70 jornalistas trabalham hoje no processo de checagem do serviço.

— Reforço aqui que a educação é muito importante nessa questão — disse.

A relatora da comissão, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), cobrou mais responsabilidade das plataformas. A deputada Luizianne Lins (PT-CE) afirmou que a disseminação de notícias falsas é uma epidemia mundial. Ela apontou que as redações hoje precisam de especialistas em checar fatos.

O deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA) criticou o Facebook, que estaria tirando “páginas de direita” do ar.

O deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE) manifestou preocupação com uma possível criminalização, mas admitiu que é preciso encontrar uma forma de conter a disseminação das notícias falsas.

O presidente da CPI, senador Angelo Coronel (PSD-BA), anunciou que a CPI ouve hoje, às 13h, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP).

CPI Mista das Fake News ouve hoje Joice Hasselmann

A CPI Mista das Fake News marcou para hoje audiência com a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), ex-líder do governo no Congresso. Será a terceira tentativa de receber a deputada, que foi chamada em outubro para falar à CPI mas cancelou os dois primeiros agendamentos, nos dias 12 e 20 de novembro. Como o requerimento para ouvi-la foi um convite, ela não está obrigada a comparecer.

Joice foi convidada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) quatro dias depois de ser destituída da liderança do governo, cargo que ocupava desde o início do ano. Ela foi substituída pelo senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Rogério relatou que, depois de deixar a liderança, a deputada publicou em redes sociais que o presidente da República, Jair Bolsonaro, tem uma “milícia virtual” para intimidar críticos, opositores e dissidentes.

Lançada frente em apoio a prisão em 2ª instância

Foi lançada ontem a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em Segunda Instância.

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) foi eleito presidente. Para vice-presidente, a frente escolheu o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS).

Composta por 33 senadores e 179 deputados, a frente parlamentar deve traçar estratégias para a aprovação de propostas que permitam o cumprimento imediato da pena por condenados em segunda instância — situação recentemente considerada inconstitucional pelo Supremo

mo Tribunal Federal (STF). Entre proposições voltadas a permitir a prisão nesses casos, está a proposta de emenda à Constituição (PEC) 199/2019, que tramita na Câmara, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 166/2018, que altera o Código de Processo Penal e está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Alvaro Dias disse que a Constituição não impede a prisão em segunda instância e que há anos o debate é travado no Supremo.

— A frente reúne senadores e deputados que apoiam, além da PEC, o projeto de lei do



Alvaro Dias foi eleito presidente do grupo de parlamentares

Senado, porque os projetos não são excludentes, mas complementares. Se o projeto de lei do Senado for aprovado antes, nós seremos parceiros para aprovação também do projeto da Câmara dos Deputados — afirmou.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) ressaltou a importância da participação da sociedade pelo fim da impunidade. Ele afirmou que a luta não é de interesse de qualquer grupo político, e sim de interesse nacional.

— Se deixar por conta de alguns políticos, que aqui estão e que tentam manobrar as coisas para o seu próprio interesse ou para o interesse de parentes, a prisão em segunda instância nunca será aprovada.

Colegiado recebe relatórios de duas PECs do Plano Mais Brasil

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa hoje duas PECs que integram o Plano Mais Brasil — pacote de medidas sugeridas pelo Executivo para cortar despesas e promover o equilíbrio fiscal. O primeiro item da pauta é a Proposta de Emenda à Constituição 187/2019, que permite ao governo usar para outras finalidades o dinheiro retido em fundos infraconstitucionais vinculados a áreas específicas.

A previsão é que seja lido o relatório de Otto Alencar (PSD-BA).

Também deve ser apresentado o relatório de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) sobre a PEC 186/2019, que estabelece medidas permanentes de controle dos gastos obrigatórios.

A CCJ pode votar ainda a indicação de dois integrantes para o Conselho Nacional do Ministério Público. A reunião está marcada para as 9h30.

Nova lei autoriza garantia solidária para microempresas

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei Complementar 169, que autoriza a constituição de sociedades de garantia solidária (SGS) a serem formadas por micros e pequenas empresas com a finalidade de serem avalistas de empréstimos bancários.

O texto inclui a nova sociedade na Lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123, de 2006). A nova norma,

de autoria de Esperidião Amin (PP-SC), é oriunda do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 113/2015 — Complementar, aprovado no Senado em 9 de outubro.

A SGS será criada na forma de sociedade por ações. A lei autoriza ainda a criação de sociedades de contraguarantia, com a finalidade de oferecer apoio financeiro às operações da SGS.

Com Agência Câmara

Sergio Moro debate cumprimento de pena em audiência pública

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) debate hoje às 10h com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, propostas que estabelecem a prisão de condenados após decisão em segunda instância (PLS 166/2018 e PEC 199/2019). A audiência foi requerida pelo senador

Humberto Costa (PT-PE).

São esperados ainda o jurista Ives Gandra da Silva Martins, o defensor público-geral do Rio de Janeiro, Rodrigo Baptista Pacheco, o presidente do Conselho Federal da OAB, Felipe Santa Cruz, e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin.